

Trajetórias da integração latino-americana

Autora: Leia Adriana da Silva Santiago

Institución: Universidade Federal do Paraná e integrante do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Ensino de História (NIPEH) - Florianópolis - Brasil

Palabras clave: Integração latino-americana - MERCOSUL - histórias nacionais

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os primeiros indícios de uma pesquisa que está sendo desenvolvida na tese de doutorado, baseada no estudo dos documentos curriculares oficiais do Brasil e da Argentina, dos documentos do MERCOSUL Educacional, dos livros didáticos brasileiros e argentinos, como também do estudo das fontes orais, entrevistando professores que atuam desde o início da década de 1990, na educação básica das redes estaduais e provincial de ensino nas cidades de Florianópolis/Brasil e Córdoba/Argentina. O que se pretende fazer é o exame simultâneo das diversas fontes sobre os conteúdos referentes a América Latina, no ensino de História, para analisar as semelhanças e diferenças, as mudanças e permanências, as inclusões e exclusões existentes nos currículos oficiais, nos livros didáticos e na prática dos professores.

Nessa perspectiva, tenho desenvolvido um capítulo que se refere a análise dos documentos curriculares oficiais nacionais, provincial e estadual, tecendo reflexões sobre os processos históricos de integração latino-americana, até a consolidação do MERCOSUL, ou as tentativas para que isso ocorresse, especialmente durante o século XX – mesmo fazendo alguma referência ao século XIX.

Assim, como proposta para este artigo, pretendo apresentar as reflexões sobre os processos históricos de integração latino-americana, iniciando no século XIX com as independências dos países latino-americanos, trazendo a doutrina Monroe, a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), as tentativas de criação de planos de cooperação entre os países sul-americanos, até o processo de consolidação do MERCOSUL .

A conclusão deste trabalho sinaliza que o MERCOSUL, tem sido considerado um marco histórico nos processos de consolidação de uma integração latino-americana, que se formou pela necessidade de sobrevivência frente à nova ordem mundial.

Introdução

No desenvolvimento de nossa tese de doutorado, temos proposto o estudo dos conteúdos referentes à América Latina, no ensino de História. Para isto buscamos analisar as semelhanças e diferenças, as mudanças e permanências, as inclusões e exclusões existentes nos currículos oficiais, nos livros didáticos e na prática dos professores, bem como perceber se os conteúdos veiculados sobre a América Latina nas escolas da cidade de Florianópolis/Brasil e Córdoba/Argentina têm contribuído ou não para a resignificação de um ensino de história que estimule integração regional com respeito à pluralidade cultural.

Nessa perspectiva, estamos escrevendo, no primeiro capítulo de nosso trabalho, algumas considerações sobre os processos históricos de integração latino-americana, até a consolidação do MERCOSUL, ou as tentativas para que isso ocorresse, especialmente durante o século XX – mesmo fazendo alguma referência ao século XIX – como também temos feito uma incursão nos documentos do Setor Educacional do MERCOSUL – SEM e nas reflexões e perspectivas resultantes dos seminários de especialistas do Grupo de Trabalho de História e Geografia.

Frente ao que está exposto nos dois parágrafos anteriores, como proposta para este artigo, pretendemos apresentar uma reflexão sobre os processos históricos de integração latino-americana, até o processo de consolidação do MERCOSUL, o que está considerado um dos subtemas do primeiro capítulo de nossa tese.

Antecedentes históricos da formação do MERCOSUL

O MERCOSUL – Mercado Comum do Sul – estabelecido através do Tratado de Assunção, firmado em 1991 – período em que as relações entre o Brasil e a Argentina começaram a se estreitar – surgiu com o propósito de realizar a integração acelerada das economias nacionais da região da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai. Essa, no entanto, não foi a primeira nem a única tentativa de integração do continente latino-americano, já que a América Latina é uma região atomizada, dividida, desintegrada e sua história reflete a carência de uma identidade comum, de um projeto político unitário e há ainda o predomínio das histórias nacionais (MUÑOZ, 1997).

No século XIX, período de lutas pelas independências, a idéia de uma unidade latino-americana teve origem ao redor das batalhas revolucionárias que almejavam se libertarem dos colonizadores espanhóis e portugueses. Mas essa idéia de liberdade não foi entendida de uma única forma pelos homens que lideraram os processos de rupturas com o sistema colonial ibérico.

Para Simón Bolívar, principal articulador das independências na América do Sul, essa liberdade era sinônimo de rompimento com a Espanha, para a criação de nações livres que, unidas em uma confederação, poderiam assegurar os ideais de liberdade e independência. Bolívar entendia que a “integração americana viria pela adoção de republicanismos fortes que controlassem a desordem da transição colonial à independência” (SARAIVA, 1995, p. 37). Para Dessalines, o líder da revolução escrava no Haiti, a liberdade representava o fim da escravidão. Para outros dominados e oprimidos, como os índios no México, a liberdade passava muito longe da Espanha e muito próxima à questão do direito sobre a terra (PRADO, 1986).

Diante dessas contradições, as independências se fizeram através da justificativa dos interesses de setores regionais dominantes, que defendiam sua própria região e mantinham a direção política do processo na América Espanhola. O Estado que se organizou, depois de atingida a independência, esteve sempre preocupado em manter a ordem social e a subordinação do mundo do trabalho. Mesmo os setores divergentes das classes dominantes sempre se aliaram para sustentar o Estado nos momentos em que a ordem instituída era ameaçada pelos “de baixo”.

As constantes revoltas de índios, de camponeses, de escravos contribuíram para o fechamento autoritário do Estado. Entretanto, algumas concessões foram realizadas; aboliu-se o tributo indígena, acabaram-se, ou aplainaram-se as distinções de castas. A escravidão negra foi abolida nos países independentes; permaneceu apenas (além do Brasil) nas ilhas de Cuba e Porto Rico, ainda sob o domínio espanhol. (PRADO, 1986, p. 16)

Um dos aspectos adotados para a formação do Estado/Nação é o da autonomia do Estado. Fontana (2000) entende que qualificar o Estado de “autônomo” significa a suposição de que o mesmo se constitui em uma entidade neutra. Entretanto, esse mesmo autor descreve que:

O Estado fala em nome de todos, mas serve, muitas vezes, aos interesses de determinados grupos sociais, prejudicando a outros. É comum ocorrer que os benefícios de sua atuação sejam as classes dominantes, ou porque os membros da “classe política” compartilham seus interesses ou, ao menos, sua visão de mundo, ou porque não se atrevem a enfrentá-las. Isto tem conduzido a uma visão crítica do Estado, como um artifício a serviço dos grupos dominantes. (FONTANA, 2000, p. 258)

Nesse sentido, é possível perceber que a idéia de uma unidade latino-americana foi se diluindo, em decorrência da fragmentação do território americano, provocada pelos interesses de setores regionais que intervieram no projeto de construção dos Estados/Nação.

Mas esse não pode ser considerado um único fator. Outra questão que permitiu que se diluísse a idéia de uma unidade latino-americana, no período dos processos de independências, foi o fato de o Brasil permanecer separado da América Latina, na primeira metade do século XIX.

O Brasil, recém-saído da independência e ansioso por construir seu projeto de Estado e Nação, buscou afirmação internacional por meio do reconhecimento da independência. Os Estados Unidos, por exemplo, foi um dos países que esteve presente neste processo de reconhecimento.

Quando, em 1823, o presidente dos Estados Unidos, James Monroe, anunciou, em sua mensagem ao Congresso Nacional, que seu país não admitiria que o Velho Mundo interviesse no Novo Mundo, surgiu aí outra matriz da idéia de integração, a chamada Doutrina Monroe¹. Por intermédio dessa nova concepção de unidade, os Estados Unidos assumiam a função de condutores e protetores da América e das soberanias dos países latino-americanos.

¹ A Doutrina Monroe, muito estudada no continente americano, levou a uma concepção tutelada de integração, sintetizada no trecho do discurso do presidente James Monroe, que incitava “a América para os americanos”. Monroe “vislumbrava uma América forte e unida, sob o comando espiritual das idéias de liberdade de mercado e da democracia” (SARAIVA, 1995, p. 37).

A idéia de soberania, discutida por Mendonça (2000), descreve que essa faz parte do triplo² balizamento, que possibilita identificar a datação do início do Estado moderno com o começo dos Estados absolutistas. Ela é o “resultado de um longo e gradual processo de concentração e centralização de poder, de maneira tal que falar em Estado moderno demanda a existência do rei como poder superior em todas as questões políticas” (MENDONÇA, 2000, p. 32).

Assim, essa idéia de soberania - que se constituiu como uma das balizas do início do Estado moderno - parece-nos estar também presente no processo de reconhecimento da independência do Brasil, pois, o sentido dado pela Doutrina Monroe para o Brasil foi a inserção soberana do Brasil a partir das Américas – com o reconhecimento da independência dado pelos Estados Unidos – e não pela Europa. O “Brasil Imperial, conservador, politicamente, mas geograficamente unitário e soberano em suas ações externas, foi uma das conquistas históricas do século XIX.” (SARAIVA, 1995, p. 37).

Dessa forma, a idéia integracionista da Doutrina Monroe teve, em certa medida, como contraponto, a matriz integracionista de “libertadores” da América, como Simón Bolívar. Houve, por parte de Bolívar, uma desconfiança em relação ao Brasil, especialmente pelo fato do Império brasileiro, sendo reinado pelo filho do rei de Portugal, D. Pedro I, poder significar a persistência das idéias de recolonização da Santa Aliança em território americano (SARAIVA, 1995). Essas desconfianças estiveram presentes no ideário político dos representantes dos governos latino-americanos e nos seus contatos diplomáticos, que lentamente foram se dissipando ao longo do século XIX.

Já no século XX, em 1944, delineia-se, sob a presidência de Harry Truman, a posição agressiva do imperialismo norte-americano, na perspectiva de assegurar os interesses econômicos das grandes empresas estadunidenses, enriquecidas durante o conflito mundial, e barrar o socialismo (DIAS, 1997). Antes do encerramento da Segunda Guerra Mundial, realizou-se no México a “Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz”, que estabelecia as bases para reorganizar o Pan-Americanismo³. Em 1948, é realizada a IX Conferência Interamericana, em Bogotá, dando origem à OEA

² Os dois outros balizamentos são identificados por Mendonça (2000), como a despatrimonialização e a despersonalização do poder.

³ O termo “Pan-Americano” surgiu no século XIX associado com o auge dos chamados “panismos”. Os “panismos” pretendiam reunir grupos com características lingüísticas, étnicas, religiosas ou culturais comuns. Sob a liderança dos Estados Unidos, o pan-americanismo fez uso de critérios geográficos de alcance hemisférico, não para unificar a região americana, mas para intensificar o contato político, o intercâmbio comercial e promover a adoção da arbitragem como mecanismo pacífico para resolver os conflitos entre os Estados americanos. Seu objetivo principal era buscar mercado e frear a presença de capital europeu na América (DIAS, 1997).

– Organização dos Estados Americanos, com a participação de 21 países-membros que se comprometiam em defender os interesses do continente americano, buscando soluções pacíficas para o desenvolvimento econômico, cultural e social⁴.

Por meio do sistema de benefícios e de barganhas herdado pela participação na Segunda Guerra Mundial, o Brasil procurou ser o aliado dos Estados Unidos na América do Sul, implicando a escolha de parcerias internacionais mais próximas a esta potência hegemônica Ocidental. Isso inibiu, em parte, as tentativas de aproximação com alguns países latino-americanos, como a própria Argentina, que se manteve na posição de relativa neutralidade na Guerra e no imediato pós - Guerra (SARAIVA, 1995).

Com o fim do período das guerras mundiais, foram surgindo organismos como a Organização das Nações Unidas – ONU – e suas organizações (UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, UNIFEC – Fundo das Nações Unidas para a Infância, e o FMI – Fundo Monetário Internacional), que tinham a pretensão de agrupar as diferentes nações. Para atender as questões da América Latina e do Caribe, foi criada, em 1948, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), que tinha como objetivo elaborar estudos e alternativas para o desenvolvimento dos países americanos. Integrando todos os países do hemisfério, com participação também dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e Holanda, com sede do Chile, a CEPAL estende sua atividade até a época presente (MOMMA, 2001).

Em se tratando dos países da América do Sul, até 1985, todas as tentativas de estreitamento de relações foram marcadas pelo protecionismo e rivalidade não somente econômicas. Em 1941, Brasil e Argentina fizeram um ensaio de “união aduaneira” sem, no entanto, ocorrer resultados efetivos, isso devido às diferenças políticas e diplomáticas existentes entre os dois países nesse período. Em meados de 1950 e 1953, Brasil, Chile e Argentina tentam uma aproximação política e econômica que acaba sendo frustrada por causa da oposição de correntes pró-americanistas e antiperonistas (MOMMA, 2001).

Em 1960, é criada a ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio, que tinha como objetivo estimular a industrialização e diversificação das economias dos países latino-americanos e a redução de sua dependência dos países mais industrializados. Participavam da ALALC todos os países sul-americanos, com exceção das Guianas. Esse acordo visava a constituição de uma zona de livre comércio em um prazo de doze anos. Essa “associação” teve a vigência de 20 anos, porém, sem resultados significativos, pelo fato de que todos queriam abrir os mercados dos demais

⁴ Dados retirados do site, <http://www.oas.org/main/portuguese/>, no dia 27/01/2009, às 07h14 min.

para seus produtos, mas ninguém queria abrir seu próprio mercado (MOMMA, 2001). No final da década de 1970, os países participantes da ALALC negociaram um novo tratado, menos ambicioso e mais flexível, a ALADI – Associação Latino-Americana de Integração. Inaugurada em agosto de 1980, com o Tratado de Montevideu, a ALADI teve como objetivo a total liberalização do comércio entre seus onze países membros⁵. Mesmo se apresentando como um acordo modesto, ele foi tido como um projeto bastante frágil, devido às disparidades existentes entre os países-membros, tanto em relação ao desenvolvimento econômico como pela condução de suas políticas.

Ainda outras tentativas de acordo foram realizadas entre os países sul-americanos. Em 1975, foi firmado um Convênio Argentino-Uruguai de Cooperação Econômica – CAUCE, aprofundado em 1985 com a chamada “Ata da Colônia” e, em 1976, Brasil e Uruguai firmaram um Protocolo de Expansão Comercial - PEC, que foi ampliado em 1986.

Mediante essas várias propostas de aproximação entre os países latino-americanos, cabe ressaltar o que já foi citado anteriormente que, em se tratando dos países da América do Sul, até 1985, todas as tentativas de estreitamento de relações foram marcadas pelo protecionismo e rivalidade não somente econômicas.

Nesse sentido, quanto ao Brasil e à Argentina, embora as tentativas de aproximação tenham sido de ordem econômica, é possível pensar também que a preocupação que se acentuou com a questão do nacionalismo desses dois países, no decorrer século XX, também pode ter cooperado para o distanciamento entre eles.

O nacionalismo é uma força que nasce do apoio dado pelos homens a uma idéia. É uma força em princípio neutra, que não pode ser definida como boa ou má (FONTANA, 2000). Tal conceito é considerado um sentimento relacionado a uma pátria, a uma língua, a ideais, a valores e tradições comuns, como também à identificação de um grupo com determinados símbolos que o definem como “diferente” dos outros (GUIBERNAU, 1997).

Ao haver uma coexistência entre Estado e Nação - como aconteceu a partir do século XIX na Europa e se expandiu para outros continentes, como a América - o nacionalismo foi favorecido pelo Estado como uma maneira de homogeneizar sua população e ampliar seu grau de coerção (GUIBERNAU, 1997).

Bourdieu (2005) descreve que o Estado é consequência de um processo de junção de diferentes tipos de capital, como capital de força física, capital econômico,

⁵ Integavam a ALADI, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e México (MOMMA, 2001).

capital cultural e capital simbólico. Esses capitais são “a base e o móvel pelos quais os agentes e grupos mobilizam estratégias distintas de conservação, expansão, reconversão ou apropriação” (GONÇALVES e GONÇALVES, 2008, p. 6). Através do capital cultural, o Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao igualar os códigos jurídico, lingüístico e métrico e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação, especialmente a burocrática. O Estado modela as estruturas mentais e impõe normas de visão e divisão comuns e formas de pensar – por intermédio dos sistemas de classificação inscritos no direito, dos procedimentos burocráticos, das estruturas escolares e dos rituais sociais – que contribuem para a construção do caráter nacional (BOURDIEU, 2005). Nesse sentido, por meio da escola, exerceu-se, no século XIX, a ação unificadora do Estado na questão da cultura, elemento essencial da construção do Estado/Nação.

Ao impor e inculcar universalmente (nos limites de seu âmbito) uma cultura dominante assim constituída em cultura nacional legítima, o sistema escolar, particularmente através do ensino da história e, especialmente, da história da literatura, inculca os fundamentos de uma verdadeira ‘religião cívica’ e, mais precisamente, os pressupostos fundamentais da imagem (nacional) de si. (BOURDIEU, 2005, p. 106)

Na Argentina, a escola foi o principal instrumento utilizado pelo Estado para explicar e construir a nacionalidade na sociedade por ele regida. A escola foi encarregada de fortalecer a identidade nacional e a soberania da nação argentina. A sólida implantação da imagem do passado quase mítico foi reproduzida cotidianamente nos rituais escolares (ROMERO, 2004). As idéias de crenças relativas à nação, ao Estado, à história, à lei e à comunidade foram sendo amplamente compartilhadas por quase todas as disciplinas que contribuíram, em alguma medida, com o propósito de fortalecer a identidade nacional e a soberania da nação.

Fontana (2000, p. 255), ao descrever sobre a formação do estado/nação, observa que,

Na nova sociedade nacional, os homens, que se converteram em iguais perante a lei, deixam de definir-se pelo fato de serem

súditos de um soberano [...] para serem membros iguais de uma coletividade de cidadãos 'eterna', porque baseada na história. Para reforçar este sentido de identidade, inventaram-se os hinos nacionais, as bandeiras [...] e toda a retórica do patriotismo.

Na tradição escolar argentina, os conteúdos ideológicos sobre o civismo mudavam de acordo com as conjunturas políticas. Uma das marcas, desde as décadas finais do século XIX, da nacionalidade argentina era que a escola tinha o papel central de sua construção, através da língua nacional, da história nacional e dos rituais patrióticos. Outra idéia que foi acoplada no relato histórico e geográfico foi “de uma nación íntegra y unánimemente patriota y de um estado vertebrado por El Ejército” (ROMERO, 2004, p. 23).

As idéias correntes acerca da construção da nacionalidade argentina e do ser argentino não se limitaram às noções escolares, embora essas formassem a base do sentido comum (ROMERO, 2004). Outros discursos se desenvolveram em paralelo com o espaço escolar, em âmbitos e circunstâncias que lhes conferiram singular eficácia. Também tiveram o propósito de afirmar a nacionalidade: o serviço militar obrigatório, a imprensa, os âmbitos sindicais ou redutos de militantes e intelectuais, as grandes forças políticas do século XX, como ainda o radicalismo e o peronismo, a Igreja e as forças armadas.

Quanto ao Brasil, é possível considerar que, após o período de independência, a preocupação predominante foi a de criar referências nacionais. Tratava-se de fazer com que a independência política também fosse seguida pelo que alguns chamam de revolução mental (RICUPERO, 2008).

No século XIX, procurou-se, primeiramente, pensar a sociedade e a cultura em sintonia com o progresso, a ciência e a arte. Nesta tentativa de construir e visualizar uma nação em sintonia com o progresso, a ciência e a arte, o Brasil era visto como um país despossuído de povo, com uma população mestiça, sem características próprias, que fossem definidas e homogêneas, sem face e sem identidade. De um lado, um caudatário de povos e raças diferentes que não formavam um corpo social, e, de outro lado, uma elite que não se identificava com as tradições de seu povo (NAXARA, 2002).

Com o advento da República, se acentua a necessidade de discutir a questão do nacionalismo brasileiro (DIAS, 1997). Nesse contexto de construção de uma nacionalidade, a educação foi fundamental na configuração da mesma. Onde a nação e o

estado coexistem, a educação e a generalização da alfabetização não somente reforçam as possibilidades de comunicação entre as pessoas, como também favorecem o desenvolvimento do senso de comunidade (GUIBERNAU, 1997).

O Estado Republicano Brasileiro acrescentou, ao processo de educação advindo do Império, a obrigatoriedade do ensino para todos os cidadãos. A Associação Brasileira de Educação - ABE, criada em 1924, teve uma atuação decisiva no processo de elevar a educação ao estatuto de dever público. A constituição aprovada em julho de 1934 correspondeu, em linhas gerais, às expectativas expressas pela ABE. No entanto, cabe ressaltar que, no plenário da constituinte, a despeito das diferenças de enfoque dos parlamentares, existia a convicção do papel da educação na construção da nacionalidade. As intervenções realizadas pelos constituintes caminhavam na direção de expor a importância do papel da escola para corrigir arestas do regionalismo (BOTO, 2004). Os deputados comprometidos com a ABE entendiam a importância de se ter um programa mínimo de conduta para orientar a educação, a fim de que o aluno, ao sair das escolas, em qualquer ponto do território, se sentisse cidadão brasileiro, identificado com o espírito nacional (BOTO, 2004).

Da mesma maneira, o ensino de História não deixou de ser veículo portador da ideologia de construção da nacionalidade. A disciplina de História deveria ser transmissora desse nacionalismo que, desde a reforma Francisco Campos, em 1931, caminhou no sentido de estimular o fortalecimento da unidade nacional, garantindo o compromisso de viabilizar a construção de um país moderno (DIAS, 2004).

Assim, partindo-se do panorama esboçado acima, o que justificaria o fato do MERCOSUL, como observa Saraiva (1995), ser considerado um marco da integração latino-americana?

O MERCOSUL está inserido num quadro delineado pelo crescente avanço na área científico-tecnológica, como também pelo processo de globalização e configuração de blocos econômicos, político e culturalmente regionais.

Uma das principais características da era atual é o fortalecimento dos processos de globalização. O significado de globalização, compreendido por Guibernau (1997, p. 139)⁶, e do qual compartilhamos, é de que esta é a “intensificação das relações sociais no mundo inteiro, que liga localidades distantes de tal modo que os acontecimentos de uma região são formados por eventos que ocorrem milhas de distância e vice-versa”.

⁶ Guibernau utiliza-se das referências de Giddens, em seu texto “The Consequences of Modernity”, para a definição de Globalização.

O processo de globalização também se caracteriza pela formação de um mercado unificado - onde tudo pode ser comprado, produzido e vendido em qualquer parte do mundo. Ele possibilita a implantação de mercados sem pátria e a integração de mercados regionais que desconhecem fronteiras geográficas (MENDONÇA, 2000). O local e o global se entrelaçam no processo de globalização, formando uma rede na qual ambos os elementos são transformados, como resultado de suas interconexões (GUIBERNAU, 1997).

Este avanço da chamada “globalização” fez emergir novas formas de relações que passaram a ser tecidas e negociadas multilateralmente. Evidenciam-se nessas relações a competição entre as regiões e a formação de blocos regionais resultantes da necessidade de integração econômica, política, social e cultural entre os países frente ao cenário internacional que se delineaia.

Diante da formação de grandes blocos, como a União Européia – EU, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio – NAFTA e a Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC, os países latino-americanos tornar-se-iam vulneráveis se continuassem isolados. A conscientização, por parte dos Estados sul-americanos, de que somente através de um processo de integração seria possível enfrentar uma série de questões internas e externas de caráter econômico e social, fez com que fosse se tornando realidade esta integração (SIMÕES, S/d).

Cabe aqui destacar que, no que se refere às questões internas do Brasil e da Argentina, um dos fatores que favoreceu os acordos de integração, foi a possibilidade de fortalecer os regimes democráticos - vindos de uma recente experiência militar e autoritária - e o processo de transição do período desenvolvimentista para o modelo de internacionalização dos mercados internos, através da adoção de políticas de abertura comercial, de redução do papel do Estado e privatização das empresas públicas. Fontana (2000, p. 265) descreve que

... desde os anos 80, passou-se a uma visão minimalista do Estado, que conduz à privatização de muitas das atividades econômicas que estavam ao seu encargo e a desmantelar boa parte dos serviços sociais que proporcionava. O programa de mudanças que o Banco Mundial propõe para “o Estado em um mundo em transformação” insiste em reduzir seu papel ao de

“colocar as bases dos fundamentos institucionais adequados para o mercado”.

Assim sendo, a partir da década de 1980, o Brasil e a Argentina iniciaram um programa de aproximação econômica com a “Declaração do Iguazu”. Em 1988, Brasil e Argentina estabelecem o “Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento”, tendo como objetivo central a consolidação do processo de integração bilateral, cujo foco foi a instituição de um espaço econômico comum em um prazo de dez anos, a harmonização das políticas aduaneiras, comerciais, industriais, agrícolas, de transporte e comunicação e a organização de políticas monetária, cambial e fiscal (MOMMA, 2001).

A estratégia de aproximação entre Brasil e Argentina animou a construção de uma zona de livre-comércio latino-americana, a partir da inserção de quatro países localizados na porção austral da América. Nascia, assim, o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, com a participação do Brasil, da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. A assinatura do “Tratado de Assunção”⁷, em março de 1991, marca o nascimento formal do MERCOSUL. Nesse documento, foram fixados os prazos, as metas e os instrumentos para a construção de um mercado comum, cuja vontade inicial foi de conformá-lo até o dia 31 de dezembro de 1994.

Segundo esse tratado, a constituição de um mercado comum implicaria:

- A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente;
- O estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais;
- A coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os

⁷ O “Tratado de Assunção” foi firmado pelos presidentes Carlos Saúl Menem, da Argentina; Fernando Collor de Mello, do Brasil; Luis Alberto Lacalle Herrera, do Uruguai; Andrés Rodríguez, do Paraguai e pelos Ministros das Relações Exteriores Guido Di Tella, da Argentina; Francisco Rezek, do Brasil; Hector Gros Espiell, do Uruguai; Alexis Frutos Vaesken, do Paraguai (MOMMA, 2001).

Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes;

- O compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração ⁸.

Em agosto de 1994, foi dado um passo fundamental pelo MERCOSUL, no que se refere à própria construção da integração americana, ou seja, os países contratantes adotaram a Tarifa Externa Comum – TEC ⁹. Nesse mesmo ano, o “Protocolo de Ouro Preto” ¹⁰ estabeleceu o 1º de janeiro de 1995 como o início da União Aduaneira. Esta União é caracterizada ainda como “imperfeita”, visto que há setores e produtos que não se encontram inclusos na TEC. Entretanto, há consenso por parte dos atores envolvidos no processo de integração de que os objetivos propostos para o MERCOSUL são objetivos de largo alcance (MOMMA, 2001).

O MERCOSUL, como um marco ou uma ruptura na história dos processos de integração latino-americana, embora não retrate o “apogeu” do projeto de Simón Bolívar, é a vontade política dos governantes dos países contratantes de implementar decisões para o processo de integração, está sustentado em uma visão restritiva dos parceiros, é quase um imperativo de sobrevivência diante das dificuldades de construção de regras estáveis no sistema internacional e não é somente um mercado, pois as dimensões

⁸ Estes dados foram retirados capítulo I – propósitos, princípios e instrumentos - no artigo 1 do “Tratado de Assunção”. A consulta foi feita pelo site <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/>, no dia 30/01/2008 às 14h22 min.

⁹ A Tarifa Externa Comum (TEC) abrange todo o universo de produtos comercializados com terceiros países, totalizando, em 2007, 9.721 itens tarifários. Trata-se de um passo necessário para equalizar as condições de concorrência, ou seja, garantir que os produtores dos diferentes Estados Partes pagarem o mesmo montante para importação de insumos e máquinas e, portanto poderão competir entre si em condição de igualdade. A TEC foi aprovada na Cúpula de Ouro Preto, pelas “[Decisões Nº 7/94](#) e [22/94](#)” do Conselho do Mercado Comum, embora sua estrutura básica já estivesse acordada em 1993, na “[Decisão CMC Nº 13/93](#)”. Estes dados foram retirados do site: <http://www.mercosul.gov.br/principais-tema-da-agenda-do-mercopol/tarifa-externa-comum-tec/>, acessado em 01/02/2009, às 17h02min.

¹⁰ O “Protocolo de Ouro Preto” é um protocolo adicional ao “Tratado de Assunção” assinado em 17/12/1994, sobre a estrutura institucional do MERCOSUL. Dados retirados do site: <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolo-de-ouro-preto-1/>, acessado em 01/02/2009 às 17h16 min.

sociais – na qual se insere a educação – passaram a tomar relevo no processo de integração (SARAIVA, 1995).

Considerações Finais

Na introdução deste artigo, propusemos apresentar uma reflexão sobre os processos históricos de integração latino-americana até o processo de consolidação do MERCOSUL o que está considerado um dos subtemas do primeiro capítulo de nossa tese.

Nesse sentido, ao apresentar os antecedentes históricos do MERCOSUL, é possível perceber que esse tem sido considerado um marco histórico nos processos de consolidação de uma integração latino-americana. Isso se deu devido a fatores políticos, culturais, sociais, econômicos, externos e internos, dos países contratantes que se encontravam inseridos no cenário internacional que foi, desde a década de 1980, delineando-se pelo crescente avanço na área científico-tecnológica, pelo processo de globalização e pela configuração de grandes blocos econômicos, políticos e culturalmente regionais.

O MERCOSUL, por se tratar de um bloco que se formou pela necessidade de sobrevivência frente à nova ordem mundial, carrega, em seus antecedentes históricos, o predomínio de histórias nacionais, como é o caso do Brasil e da Argentina, políticas protecionistas e rivalidades econômicas.

Diante de um processo de integração, que se formou pela necessidade de sobrevivência, percebemos a importância de se analisar, especialmente no que se refere ao ensino de História, o que tem sido posto em andamento para a construção de uma identidade latino-americana, nesses dezoito anos de formação do MERCOSUL. Entretanto, é importante entender que MERCOSUL não é uma panacéia dos problemas da região (SARAIVA, 1995), mas, para o ensino de História, ele pode ser ou está sendo, a possibilidade de construção de uma cultura democrática, de uma consciência histórica e cidadã e de uma identidade latino-americana, a ser viabilizada na educação básica dos Estados- Partes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTO, Carlota. A difusão do pensamento pedagógico no Brasil. In: FERREIRA, Antônio G. (org); **Anais do III Congresso Luso- Brasileiro de História da Educação – Escolas, Culturas e Identidades**. Coimbra, Sociedade Portuguesa de Ciências da educação, 2004.

BOURDIEU, Pierre. Esperitos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 6ª Ed. Campinas, SP: Papirus, 2005.

DIAS, Maria de Fátima S. **A Invenção da América na Cultura Escolar**. Campinas: Unicamp, 1997.

_____ Nacionalismo e Estereótipos: A Imagem sobre a América nos Livros Didáticos de História no Brasil. In: DIAS, Maria de Fátima S. (Org). **História da América: ensino, poder e identidade**. Florianópolis: Letras Contemporânea, 2004.

FONTANA, Josep. **Introdução ao estudo da história geral**. Bauru: Edusc, 2000.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos: O estado nacional e o nacionalismo no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

GONÇALVES, Nádia G; GONÇALVES, Sandro A. **A Educação para além da reprodução**. 2008, mimeo.

MENDONÇA, Erasto F. Estado e gestão democrática do ensino público. In: **A regra do jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2000.

MOMMA, Adriana M. **As políticas educacionais braisleiras no contexto do MERCOSUL: perspectivas e desafios para o processo de integração**. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2001.

MUÑOZ, Heraldo. História e Geografia: obstáculos para uma visão regional. In: MARFAN, Marilda A. (org) **O ensino de História e Geografia no contexto do MERCOSUL**. MEC, 1997.

NAXARA, Márcia Regina C. **Estrangeiros em sua Própria Terra**: representações do brasileiro 1870/1920. São Paulo: Anna Blume. 2002.

PRADO, Maria Lígia. **A formação das nações latino-americanas**. São Paulo: Atual, 1986

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2008.

ROMERO, Luiz Alberto (coord.). **La Argentina em la Escuela**: la idea de nación em los textos escolares. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina, 2004.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O Brasil e a integração hemisférica: vertente histórica. *EM ABERTO – Mercosul*. v.15, n.68, out/dez 1995.

SIMÕES, Rodrigo Lemos. **Qual História, qual ensino? Considerações sobre a educação e cultura no MERCOSUL**. Universidade Luterana do Brasil. (mimeo).

FONTES

Documento Oficial

Tratado de Assunção. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/tratado-de-assuncao-1/>>. Acesso em: 30/01/2008.

Tratado de Ouro Preto. Disponível em: < <http://www.mercosul.gov.br/tratados-e-protocolos/protocolo-de-ouro-preto-1/>>. Acesso em: 01/02/2009.